

Discurso de posse do presidente da DS/Espírito Santo

Caríssimos colegas, autoridades presentes, senhores e senhoras,

Vários princípios são previstos no Estatuto do Sindifisco Nacional. Sob o ponto de vista das relações sindicais, três deles se destacam.

O princípio republicano consiste na defesa do interesse público, trata do zelo pela *res pública*. Este princípio cuida da relação do Sindifisco com todo o público externo, incluindo as instituições públicas de todos os Poderes do Estado, os órgãos de comunicação, os demais sindicatos, empresas e entidades sem fins lucrativos, o povo brasileiro. Inclui-se no público externo a própria administração da Receita Federal.

O princípio democrático trata das relações sindicais *interna corporis*, ou seja, das relações entre os órgãos deliberativos, executivos, fiscalizadores e consultivos do Sindifisco. São órgãos sindicais as Diretorias das DS, a DEN, os Conselhos Fiscais, os Conselhos Curadores, a Assembleia Nacional e as Assembleias Gerais das DS, o CDS, o Conaf, dentre outros.

Por fim, o princípio mais caro e valioso ao sindicato, o princípio da solidariedade, cuida da relação entre as pessoas físicas filiadas ao Sindifisco.

Em síntese, os princípios eleitos tratam das relações com o meio externo ao sindicato, as relações entre os organismos sindicais e o exercício da solidariedade que une os filiados.

Os princípios norteiam as decisões e práticas sindicais. Por outro lado, há riscos, perigos e conspirações que ameaçam a plena vigência dos princípios.

O princípio republicano é comum tanto ao Sindifisco, que representa nossa categoria, quanto à administração da Receita Federal. É óbvio que o zelo pela coisa pública é fundamental tanto para a prática sindical quanto para a gestão do Fisco Federal.

Nossa categoria tem três atribuições básicas e essenciais ao Estado e ao povo brasileiro. Temos a missão de prover os recursos para manter a máquina pública federal, incluindo os órgãos de todos os Poderes da União, bem como contribuir para o custeio dos estados, Distrito Federal e municípios. A segunda atribuição consiste em angariar os recursos para financiar a Previdência Social. Por fim, temos o encargo de defender o território aduaneiro nacional.

Os colegas auditores-fiscais que estão empenhados na administração da Receita Federal merecem todo o nosso respeito e admiração pela competência, zelo e excelência profissional com que atuam. Entretanto, o

Sindifisco não pode abdicar de sua missão de contribuir para aprimorar a gestão da administração tributária federal.

Nesse mister, cumpre-nos apontar um risco ao pleno exercício do princípio republicano: o sistema de metas para avaliação de desempenho funcional dos auditores-fiscais.

Não somos contrários ao estabelecimento de sistemas de avaliação. Entretanto, temos críticas e sugestões a oferecer ao atual sistema de metas da Receita Federal. No seu formato atual, as metas aviltam e amesquinham o pleno exercício de nossas atribuições, à medida que consideram apenas aspectos quantitativos, sem ponderar a necessária qualidade e excelência do trabalho fiscal. Ademais, pode acarretar graves riscos funcionais.

Peço socorro à literatura para ilustrar, com clareza meridiana, como se dá o sistema de metas da Receita Federal.

**João (auditor-fiscal da Receita Federal)
Queria cumprir as metas de Teresa (supervisora)
Que queria cumprir as metas de José (chefe da fiscalização)
Que queria cumprir as metas de Maria (delegada da Receita Federal)
Que queria cumprir as metas de Joaquim (superintendente da Receita Federal)
Que queria cumprir as metas de Antônia (coordenadora de fiscalização da Receita Federal)
Que não amava ninguém.**

**João está sendo tratado pelo psiquiatra Dr. Milton.
Teresa foi para o convento.
José está sendo processado.
Maria ficou para tia.
Joaquim aposentou-se na expulsória
Antônia pediu exoneração do cargo de Coordenadora e voltou a trabalhar como fiscal no Rio de Janeiro
E o povo brasileiro não tinha entrado na história.**

O povo brasileiro não está interessado em números abstratos, muitas vezes referentes a créditos fictícios em nome de laranjas. O povo brasileiro almeja que a nossa categoria promova a justiça fiscal, combata os desvios de recursos públicos, faça a correta aferição da capacidade contributiva dos cidadãos, que sustente a Previdência Social e que defenda o território aduaneiro nacional das drogas, armas, munições e mercadorias contrafeitas ou que causem danos à população.

O princípio democrático implica em acatar as decisões da maioria, mas também garantir os direitos e prerrogativas da minoria. No Sindifisco, a maioria comunga das ideias e propostas da oposição, que amealhou 51,5% dos votos das últimas eleições. Urge que a DEN promova a abertura de espaço

democrático e participativo para a maioria dos auditores-fiscais tenham representatividade nas deliberações sindicais.

O princípio mais caro e valioso a todos os sindicatos é o que está sob mais forte ataque. Algumas pessoas são dotadas de dons subjetivos mais nobres: caridade, bondade, generosidade. A solidariedade é um dom que traz um aspecto objetivo, que serve de amálgama e cimento para promover a nossa união: o regime de previdência por distribuição, que implica na solidariedade entre gerações.

É contra a previdência que pesa uma conspiração: o desiderato do sistema financeiro de promover a privatização da previdência, de fazer com que todos os recursos previdenciários sejam geridos pelos bancos no mercado financeiro. A privatização da Previdência Social está inserida em um planejamento estratégico de cerca de 35 anos, em 7 passos.

De forma invertida, a sequência é a seguinte:

- Passo 7 – todos os recursos previdenciários serão geridos pelo sistema financeiro.
Para tanto, faz-se necessário que o trabalhador perca a memória de que já contribuiu para a previdência social. Daí decorre o passo anterior:
- Passo 6 – um lapso temporal de 5 a 10 anos sem que o trabalhador contribua para a sua própria previdência.
- Passo 5 – eliminação gradativa das contribuições sociais sobre a folha de salários.
- Passo 4 – privatização da previdência do servidor público, de forma gradual, através da criação do Funpresp, no governo Dilma. Acessoriamente, o Funpresp vai promover o enfraquecimento das categorias do serviço público que poderiam lutar em prol da Previdência Social Pública.

Antes da extinção das contribuições sociais sobre a folha de salários, faz-se necessário alocar o contingente extremamente qualificado de auditores-fiscais que fiscalizam tais contribuições. Portanto, é necessário procedimento antecedente.
- Passo 3 – fusão dos Fiscos. Objetivo: permitir a gradativa redução da fiscalização previdenciária, que irá culminar em extinção das contribuições sociais sobre a folha de salários.
- Passo 2 – criação da Secretaria da Receita Previdenciária. No intuito de promover a etapa seguinte, qual seja: a fusão dos fiscos. Faz-se

necessário a criação da Secretaria da Receita Previdenciária, a fim de a fiscalização previdenciária passe de uma estrutura autárquica para a administração direta, igualando-se à estrutura jurídica da Secretaria da Receita Federal.

- Passo 1 – o passo inicial, qual seja, as reformas previdenciárias promovidas pelos governos FHC e Lula.

Muitas etapas foram cumpridas. Sobre os sindicatos do serviço público, o maior risco é o Funpresp, que pode esfacelar o vínculo da solidariedade. Em alguns anos, é possível que diversos grupos desagregados convivam em permanente disputa dentro dos sindicatos: aposentados com paridade e integralidade, ativos com direito à paridade e integralidade, servidores egressos pós Funpresp, alguns dos quais optantes pelo Funpresp, outros nem isso. Segundo dados colhidos junto à DEN, dos auditores-fiscais egressos pós Funpresp, somente metade se filiaram ao Sindifisco.

Urge resgatarmos a solidariedade sindical, nos aproximarmos dos colegas recém ingressados na nossa categoria e nos unirmos às demais categorias do serviço público que estão sob os mesmos riscos que a nossa.

Não há ventos favoráveis para quem não sabe aonde vai. É importante conhecer os riscos e nos prepararmos para superá-los. O cenário descrito é adverso, mas sempre tivemos sucesso e fomos vitoriosos em situações ainda mais graves.

Consignamos aqui nosso inarredável compromisso:

Fé nos princípios. Coragem nas atitudes. Determinação na busca dos objetivos. Persistência no cumprimento da nossa missão. Esperança e confiança no êxito da nossa gestão.

Muito obrigado a todos,

LEONILDO SOARES JUNIOR
Presidente da DS/Espírito Santo